



ANO 16
No. 135
MAI-JUN/2006
F.A.R.J.

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO
farj@riseup.net <http://www.farj.org> Cx. Postal 14576 - CEP 22412-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Reuniões do CELIP no último sábado de cada mês 14h no Centro de Cultura Social-RJ. Rua Torres Homem, 790. Vila Isabel. Biblioteca Social Fábio Luz, sábados de 9h às 17h, no mesmo local.

LIBERA

CONLUTAS: OU UM NOVO "OVO DA SERPENTE"

No início do ano de 1980, ainda sob o espectro da ditadura militar, os trabalhadores do Brasil iniciaram um movimento em favor de uma nova forma de organização. O tipo de sindicalismo saído da ditadura era uma estranha simbiose do velho corporativismo varguista e outras formas de sujeição ao Estado militar inaugurado em março de 1964. Reunidos em encontros estaduais, os ENCLATs, os trabalhadores deram à estampa diversos documentos que deveriam ser analisados em um encontro nacional. Para tanto, no mês de agosto de 1981, na Praia Grande, São Paulo, aconteceu a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a I CONCLAT. Deste evento participaram não apenas as velhas confederações e federações, como também um número expressivo de associações pré-sindiciais, representadas por delegados de base, que prefiguravam, em grande medida, a renovação das premissas sindicais até então vigentes.

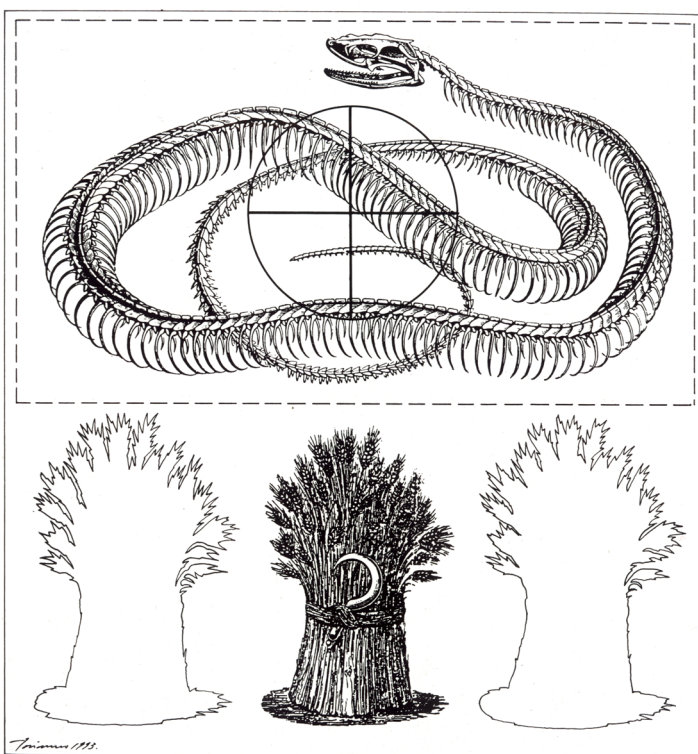
Como resultado prático da Conferência surgia uma Comissão Pró-CUT e evidenciava-se uma ruptura irreconciliável entre os setores mais radicalizados e a antiga burocracia sindical. Em agosto de 1983, com o nome de Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, também sob a sigla de I CONCLAT, os grupos à esquerda organizaram as bases para a criação da CUT; enquanto, o bloco contrário, em novembro do mesmo ano, no também CONCLAT,

inaugurava uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras e conservava a legenda CONCLAT. Esta última entidade seria responsável, em 1986, pela criação da Central Geral dos Trabalhadores, a CGT.

Entretanto, já na I CONCLAT, a de 1981, o tema da *greve geral*, tradicional bandeira dos anarquistas, aparecia para clivar a distinção entre os grupos presentes. Muitos dos delegados de base aglutinaram-se então em torno da proposta que, em 1982, deveria ser posta em prática como forma de anunciar o nascimento da CUT e pressionar o governo e patrões a transigirem diante de uma pauta unificada. Mas a formação de blocos antagônicos no interior da CONCLAT – o “Bloco Combativo”, formado por uma nebulosa de grupos da esquerda radical, setores progressistas da Igreja Católica e independentes, e o “Bloco da Reforma”, de composição de ativistas pouco engajados

politicamente, além de partidários dos dois PCs e do MR-8 – acabou por atrasar a programação para o ano seguinte inviabilizando assim a *greve geral*, sendo possível aos do “Bloco Combativo” apenas a fundação da CUT.

Dessa forma a CUT nascia com um estatuto provisório que destacava a sua independência dos patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos. Além disso, o mesmo documento, insistindo em três pontos, definia-se pela autonomia e a liberdade sindical, a organi-



“A justiça não me olha porque é cega, mas o seu dinheiro na carteira ela enxerga”.

Raimundos

zação por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho, as então em voga “comissões de base”. Tais posicionamentos afastavam o grupo que formou a CUT ainda mais do que, em 1986, criou a CGT. Por outro lado, a opção da nascente central sindical colocava-a na linha direta de sucessão da tradição sindicalista revolucionária de orientação anarquista dos primeiros anos do século XX, não apenas no Brasil como na França, EUA e outros países em igual período. Segundo Leôncio Martins Rodrigues: *“Esses pontos de contato podem ser encontrados na valorização do sindicato como um instrumento de mudança social, na defesa de sua autonomia frente aos partidos políticos, na idéia da construção de um sindicalismo ‘de base’, agressivo, sem burocracia, desprezando a atuação partidária, política e parlamentar e exaltação da ação direta e o conflito, vendo a greve geral como principal arma do trabalhador”*.

Apesar das afinidades programáticas com o sindicalismo revolucionário dos primeiros tempos, boa parte dos sindicalistas atuavam na estrutura das entidades oficiais. Tal situação colocava-os em flagrante contradição com os propósitos revolucionários e autonomistas uma vez que, em paralelo, gozavam dos benefícios concedidos pela legislação trabalhista em vigor. Assim, a ação dos sindicalistas acabava por fortalecer a estrutura corporativa e oficial que, contraditoriamente, pretendiam estes destruir por força das estratégias impressas nos documentos e estatutos. O III CONCURT, em 1988, selaria “pela direita” a idiossincrasia que nascera com a CUT em 1983. Neste encontro celebrado no Estádio do Mineirinho, em Belo Horizonte, no mês de setembro, apesar das teses políticas reafirmarem o *ethos* do socialismo, foi a de número 10, apresentada pela corrente Articulação, organicamente ligada ao PT, que ganhou a maioria dos votos do plenário. A corrente conhecida genericamente por “CUT pela Base”, que defendia as teses ainda do estatuto provisório de 1983, foi derrotada e a burocracia sindical ganhava, por assim dizer, definitivamente a Central Única dos Trabalhadores.

Na época a Convergência Socialista, mais radical no discurso do que nas atitudes concretas diante da estrutura sindical oficial, encontrava-se entre as correntes derrotadas pelo projeto da Articulação. Entretanto, por força da inércia continuou na CUT. Alguns anarquistas, após a derrota da proposição de organização pela base passaram a formular críticas cada vez mais duras a CUT. A década seguinte, com o acelerado processo de burocratização da central, parecia dar razão aos que, a partir do III CONCURT, não esperavam

maiores transformações pela via cutista. Para a grande maioria dos libertários os “companheiros” de esquerda que ainda permaneciam nas fileiras da CUT o faziam por puro oportunismo ou mesmo por ausência de um plano estratégico mais coerente com as referências revolucionárias. Continuaram defendendo os anarquistas as propostas de autonomia e organização dos trabalhadores pela base.

Finalmente, com a vitória eleitoral de Lula em 2002, a CUT que havia se transformado na maior central sindical do país passou a identificar sua política com as diretrizes defendidas pelo novo governo. Mais uma vez os anarquistas, em particular aqueles que militavam no ramo de petróleo, reiniciaram a pregação de rompimento que, em 2003, foi rechaçada por militantes do MTS, corrente sindical ligada ao PSTU, como é de conhecimento de todos o partido surgido do espólio político da Convergência Socialista. Num claro atavismo burocrático bolchevista, a então auto-proclamada “vanguarda do proletariado” afirmava ser ainda a CUT uma importante trincheira, a ser defendida com a maior presteza e dedicação. Entretanto, por uma “mudança de conjuntura”, no ano seguinte, em março de 2004, os militantes do PSTU resolvem no Encontro Nacional Sindical criar a Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas, em oposição à CUT.

Ainda neste contexto, os anarquistas do Rio de Janeiro resolveram propor como método para uma nova entidade classista a organização de comissões de base e o repúdio a velha estrutura sindical. Os militantes do PSTU, entretanto, já possuíam sua própria fórmula. Deviam seus militantes tomar as direções dos sindicatos para, uma vez de posse dos “aparelhos”, convocar um congresso nacional para a formalização da Conlutas. A “nova” entidade, que já nascia hegemonizada pelo PSTU, deveria congrega outros setores do movimento social nos quais os trotskistas do PSTU não possuíam nenhum trabalho. O que para estes era já, de longe, uma perspectiva bastante interessante.

Dessa forma, o Congresso Nacional dos Trabalhadores, o Conat, celebrado em maio desse ano, em Sumaré, São Paulo, cumpre um importante papel para a organização política sob os moldes do bolchevismo. Coloca estudantes e outros ativistas sociais sob a égide do socialismo burocrático tão criticado pelos libertários, e com copiosos exemplos de autoritarismo, ao longo do século XX.

Outro aspecto importante - e que é justificado pelos trotskistas pela “conjuntura atual adversa”, uma vez que a fundação da CUT contava com um “ascenso das massas” - é o de que a proposta da CUT, de 1983, era bastante mais avançada se comparada a da Conlutas que sequer aponta para o protagonismo das organizações de base. Além é claro da permanência de uma posição acrítica ao sindicalismo oficial e burocratizado presente ainda em muitas entidades de classe sob a influência do PSTU. Assim, com outrora na formação da CUT, os germes da contradição estão presentes também na gênese da Conlutas, uma vez que as relações com a máquina capitalista do Estado continuam com suas

**Assinatura anual de apoio (6 exemplares - R\$ 8,00);
pacote de 10 Liberas (R\$ 4,00).**

O pagamento poderá ser feito através do envio de dinheiro (bem camuflado!) ou de selos no valor correspondente.

Tiragem: 2.500 exemplares.

Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião da FARJ

Assine o Libera, Apoie a imprensa libertária!

RELATO DE UM DESPEJO E A GLÓRIA DOS PODEROSOS

Sete horas da noite, *terça-feira*; às pressas somos avisados sobre uma ordem de despejo já emitida pela justiça, de um prédio ocupado no bairro da *Glória*, Rio de Janeiro. Partimos para o local pela primeira vez e somos apresentados aos moradores e a ocupação tentando passar nossa solidariedade ao difícil momento que estes enfrentavam.

Na assembléia foi fácil perceber que o clima era tenso e a quantidade de apoios, serviu no mínimo para injetar ânimo aos presentes para a difícil batalha que se seguiria.

A palavra de ordem era **RESISTIR**. E não poderia ser diferente. Quando casas e vidas de seres humanos estão em jogo, não há como esperar um suposto “fortalecimento da democracia”.

Esta já se mostrou frágil há muito tempo. A ocupação não tinha um nome específico e fora feita “espontaneamente” pelos seus ocupantes, o que comprova que mesmo sem a presença do estado ou de líderes iluminados, os oprimidos conseguem tomar para si o que assim lhes diz respeito. Nos apresentamos rapidamente e tentamos compreender da melhor forma possível o contexto da ação de despejo, para organizar uma corrente de apoio. O prédio, como muitos outros espalhados pelo *mar* da especulação imobiliária, permaneceu abandonado por vários anos, sem cumprir nenhum tipo de função social. A história é *confusa*, mas pelo que sabemos a suposta proprietária era na verdade uma grileira profissional que alugava os apartamentos para os moradores e reivindicava sua propriedade. Os moradores tentaram até realizar uma compra do imóvel, mas sem sucesso. Segundo outra versão, a proprietária havia herdado o prédio por herança e expulsando as famílias do local conseguiria vendê-lo; eis a velha lógica do capital sobrepondo as necessidades humanas. Segundo documentos dos próprios, consta ser o verdadeiro dono o já extinto **INPS**, conforme o *registro imobiliário* confirma oficialmente. Os moradores (a esmagadora maioria composta de trabalhadores e donas de casa), alheios às obscenidades burocráticas do poder público realizaram diversas melhorias no prédio e deram vida ao monstro de concreto que outrora ficara abandonado e vazio.

Sem tempo para maiores conversas políticas, a situação pedia saídas práticas. Na assembléia tentamos passar nossa experiência com a **ação direta**, dando exemplos concretos de como os moradores poderiam reagir.

Estes já estavam convencidos de que não havia mais uma saída jurídica, e devido às circunstâncias críticas restava apenas uma opção: **a luta**.

Muitos conselhos e sugestões foram dados, mas só a realidade poderia ensinar-lhes objetivamente os caminhos difíceis da luta de classes em sua versão mais transparente, como confirmariam os próximos acontecimentos.

Às **sete e meia da manhã**, com dois micro-ônibus,

chegava a polícia militar (representando os especuladores e os poderosos), que para massacrar o povo oprimido sempre é pontual e eficaz.

Quarenta minutos depois, efetivamente começava a ação de despejo. Os portões do prédio foram acorrentados e soldados pelos **moradores**, para dificultar a ação dos **invasores**. Os “apoios” estavam numericamente reduzidos, devido a dificuldade em se criar uma estrutura de solidariedade em tão pouco tempo. Os advogados (um da ocupação e do grupo de apoio) tentaram negociar, mas em ações como esta, a política do governo mostra sua face mais determinada. Sem possibilidades de negociação, sem poder financeiro, privados da cidadania do capital as dificuldades se avolumaram categoricamente. Ao questionarmos o ato violento e arbitrário a uma das oficiais de justiça, esta se limitou a responder que “*justiça é justiça e deve ser cumprida*”.

Justiça segundo a definição do dicionário: “*é a virtude moral que leva a dar a cada um aquilo que é seu, ou aquilo a que fez jus*”. Como assim? Que justiça é esta? Expulsar 60 famílias e crianças de um prédio há anos abandonado é justo? Sob que lógica? A da propriedade privada? A do capital?

Nossa insatisfação e nossos argumentos incomodaram a ponto de sermos ameaçados de prisão diversas vezes por uma das oficiais de justiça que conduzia a operação sob a alegação de atrapalhar o “trabalho” da polícia. Fomos então, expulsos de forma truculenta pelos policiais e isolados para longe de um dos portões de acesso ao prédio; onde por ironia, um trabalhador contratado pelos agentes da repressão, tentava quebrar uma das correntes que salvaguardava o prédio

da ação violenta do Estado. O clima era tenso. Os moradores se organizaram muito bem, apesar do pouco tempo que dispunham, e portões estavam tão bem fechados que foi preciso mobilizar outras organizações estatais (Bombeiros) para invadir o prédio. A única câmera que não era da polícia militar foi impedida de filmar a ação mais proximamente.

A polícia “estudava” formas de agir, e em determinado momento invadiu a casa ao lado da ocupação (sem mandado judicial “diga-se de passagem” configurando **invasão de domicílio**) para entrar no prédio, causando pânico e provocando a retirada da moradora pela maca dos bombeiros, pois esta passava mal devido ao estresse nervoso. Do lado de fora, um policial usava *spray* de pimenta indiscriminadamente, mesmo tendo ciência da presença de crianças no local. E um membro do conselho tutelar dizia que estava presente para salvar as crianças, mas quando confrontado com a pergunta de para onde elas iriam se houvesse despejo, este se limitou a gaguejar hipocritamente, dizendo que “não sabia”.

Ninguém “sabe de nada” no estado Brasileiro, todos



apenas “cumprem ordens”. Os fascistas alemães assassinaram cerca de seis milhões de judeus e um milhão e meio de dissidentes políticos, apenas “cumprindo ordens”, sem “saber de nada”.

Ao conseguirem abrir o portão, não sabíamos exatamente o quê se passava dentro do prédio, mas o som das crianças chorando e dos gritos resumiam muito bem a política social do Estado quanto à reforma urbana: combate-se a pobreza e a desigualdade social oprimindo os pobres. No caso da prefeitura, esta não poupou recursos para a operação, **Polícia Militar, Tropa de Choque, Bombeiros, Conselho Tutelar, Justiça Federal** e até mesmo a **Comlurb** estava presente, para ajudar a “varrer” os indesejáveis. Para se ter idéia da disposição com a qual a prefeitura tratava o caso, contamos um efetivo de no mínimo **80 policiais**, armados com *metralhadoras, granadas de efeito moral, escopetas e spray de pimenta*. Sentíamos a sensação de estar no meio de uma guerra civil. E realmente estávamos; Era uma guerra mais cínica é verdade, uma demonstração aberta e explícita da guerra entre classes.

Em poucos minutos o local tornou-se palco de um verdadeiro espetáculo *midiático*. A mídia burguesa representada por diversas redes de televisão, jornal e rádio chegavam ávidas por um bom pedaço de notícia, que recheassem seus noticiários com **violência**. Com o despejo consumado, alguns moradores recusavam-se a dar entrevistas para a mídia, já que esta foi chamada para noticiar o caso há anos atrás e nunca apareceu.

“Porque dar entrevista agora?” Diziam alguns moradores.

Os repórteres eram nitidamente mal intencionados, e tentavam sempre induzir os ocupantes por meio de perguntas tendenciosas a legitimar o despejo. Muitos deles acompanharam a ação da polícia tão próximos, que por vezes os confundimos com agentes da secretaria de segurança, devido a “afinidade” clara entre o primeiro (O Estado) e o terceiro poderes (mídia).

Por volta das 10:30, os ocupantes começaram a retirar

seus pertences para que não houvesse mais violência. Muitos se perguntavam: *Para onde vamos agora? Para onde vamos?* Infelizmente para esta pergunta o Estado não tinha resposta. A lei já fora cumprida. A suposta “justiça” foi feita e o resto não importava aos agentes do poder. Um prazo de 24h ou 48h foi negado e a presença do corregedor da câmara, obviamente uma ação de caráter político para abastecer as câmeras de tv com mais lixo demagógico, apenas sacramentou a **odiosa** ação da prefeitura.

Tentamos na medida de nossas forças, providenciar locais para que estes se abrigassem e para estabelecermos contatos visando futuras ações de solidariedade.

A bandeira brasileira costurada em uma das fardas dos policiais me fez lembrar da copa do mundo e da torcida histérica em torno de um patriotismo que apenas mascara as contradições de classe da sociedade capitalista. Unindo especuladores imobiliários e sem-teto, burgueses e assalariados, opressores e oprimidos sob uma única bandeira, tenta-se esconder as aberrações de uma sociedade estupidificada. Contudo, a ação do **poder público** apenas reforçou nossa tese, de que este poder, simbolizado pelo Estado, é um poder privado que defende interesses **particulares**.

Onde estavam os **partidos políticos**, os **políticos** profissionais, as **ONGs milionárias**? Talvez escrevendo algum artigo acadêmico ou alguma tese que confirme que o voto “consciente” é o caminho para as mudanças na sociedade e que a democracia representativa é o reflexo da justiça social. Porém, esses acontecimentos servem apenas para reforçar em nossos corações que “não haverá paz para os opressores enquanto não houver justiça para os oprimidos”. Não queremos uma justiça fictícia restrita a retóricas acadêmicas e a salões, mas uma justiça real. Uma justiça revolucionária.

.....Notícias Libertárias.....

Errata: O editorial do *Libera* de nov-dez/2005 (Ano 15, N. 132), intitulado **Diário de uma Ocupação Urbana: Anarquismo Agora**, contém uma informação incompleta ou incorreta. Na verdade, não houve o deferimento da manutenção de posse, com interdito proibitório, por parte dos “bravos agentes da lei”. O advogado da *Frente Internacionalista dos Sem Teto* (FIST) protocolou a ação da manutenção de posse para os ocupantes antes que o INSS entrasse com a reintegração de posse e, conseqüentemente, a ocupação ficou subjudice. Portanto, a Juíza que autorizou a reintegração de posse ao INSS não o poderia ter feito, porque o competente era o Juiz que julgaria a ação dos ocupantes, que era preventa. Enfim, houve fraude por parte da distribuição, que, inclusive, autorizou o uso da violência para a retirada das pessoas do edifício (da Rua Alcindo Guanabara, n. 20, Centro do Rio) e abriu precedente para que o advogado fosse preso e os indivíduos pertencentes ao movimento social fossem agredidos.

Fim do CLAVE: Depois de 4 anos de existência, no dia 1º de maio de 2006, encerraram-se oficialmente as atividades do Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos (CLAVE) por decisão consensual de seus integrantes. Apesar do fator negativo de tal acontecimento, os membros garantiram a continuação dos trabalhos que estes desenvolviam se engajando em outros grupos. Como dito em sua carta de encerramento, o fim do núcleo não significou o fim do compromisso destes militantes, com a militância libertária. Que assim seja!

Falecimento do ativista e teórico social Murray Bookchin: Recebemos com muito pesar, a notícia do falecimento do grande teórico e ativista social Murray Bookchin, que faleceu durante a manhã de 30 de julho em sua casa, em Burlington, Vermont. Nos anos 60, Bookchin inovou com uma síntese política e filosófica: a ecologia social. Com suas idéias libertárias originais e visionárias, Bookchin influenciou diversos ativistas sociais nos Estados Unidos, Europa, América do Sul, Turquia, Japão e outros e ampliou os horizontes da luta anti-capitalista e anti-autoritária.



ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS: FARJ 2 CP 15001. CEP 20155-970. Rio/RJ * **LETRALIVRE**. CP 50083. CEP 20062-970. Rio/RJ * **COL. DOMINGOS PASSOS**. CP 100670. CEP 24001-970. Niterói/RJ * **CCS**. CP 2066. CEP 01060-970. São Paulo/SP * **ANA**. CP 78. CEP 11525-970. Cubatão/SP * **COL. TERRA LIVRE**. CP 1731. CEP 01009-970. São Paulo/SP * **COMLUT**. CP 768; CEP 13001-970. Campinas/SP * **APPL**. CP 053. CEP 40001-970. Salvador/BA * **NUELCA**. CP 14. CEP 48000-970. Alagoinhas/BA * **FCL**. CP 10.115. CEP 58109-970. Campina Grande/PB * **MAP/BA**. CP 185. CEP 40001-970. Salvador/BA * **GEAL**. CP 3244. CEP 78060-970. Cuiabá/MT * **CNA**. CP 294. CEP 01059-970. SP/SP * **CRAP**. CP 584. CEP 14801-970. Araraquara/SP * **OPÚSCULO LIBERTÁRIO**. CP 15. CEP 11401-970. Guarujá/SP * **MOTIM**. CP 77. CEP 29146-970. Cariacica/ES * **GASA**. CP 11. CEP 29390-000. Iúna/ES * **BARRICADA LIBERTÁRIA**. CP 5005. CEP 13036-970. Campinas/SP * **CAZP**. CP 136 CEP 57020-970. Maceió/AL * **CAO**. CP 306 CEP 65001-970. São Luís/MA * **FENIKSO NIGRA**. CP 999 CEP 13001-970. Campinas/SP * **COL. RUPTURA**. CP 2501 CEP 60721-970. Fortaleza/CE * **CCA**. CP 284. CEP 44001-970. Feira de Santana/BA